

■ Do silêncio zapatista à euforia petista: fica algum lugar para nós?

— **Walter Omar Kohan**

Os zapatistas vêm lutando - publicamente, desde há mais de oito anos, na clandestinidade há quase vinte - por outro mundo. Primeiro se organizaram e se constituíram como um grupo político-militar, declararam a guerra ao Exército mexicano e aos interesses que ele representa. Depois, continuaram essa luta por outros meios. Reuniram-se com o governo e diversas forças da sociedade civil para dialogar e assinar acordos (como o de San Andrés), mesmo que esses acordos nunca fossem cumpridos pelo governo mexicano. Organizaram encontros, mesas de trabalho, foros de discussão; sofreram perseguições, torturas, matanças. Em março de 2001 marcharam até a Cidade do México para exigir que o que tinha sido acordado e assinado ganhasse a força da lei. "A marcha da cor da terra" comoveu o país e o mundo (pelo menos aqueles que conseguiram, apesar do boicote da mídia, assistir a ela).¹ De regresso, uma nova farsa do Congresso mexicano, a chamada "Lei Indígena", que violenta os acordos feitos e a vontade dos povos indígenas. Depois do repúdio, o silêncio. Mesmo sofrendo contínua repressão, seqüestros, assassinatos, outras formas de ataques e ainda a recusa da Suprema Corte de Justiça Mexicana aos mais de trezentos recursos apresentados contra a citada lei, os zapatistas não se manifestam publicamente desde abril de 2001.²

¹ Durante 37 dias, foram percorridos 6.000 quilômetros, e realizados 77 atos públicos.

² Após os comunicados do CCRI-EZLN e do Sub-comandante Marcos repudiando a "Lei Indígena" em 29 de abril de 2001, só houve um breve comunicado de Marcos em outubro de 2001, para repudiar o assassinato de Digna Ochoa y Plácido. Mais recentemente, entre final de novembro e início de dezembro de 2002, enquanto escrevamos este texto, foram publicadas em *La Jornada* cartas de Marcos a Fernando Yañes a propósito da criação da revista zapatista *Rebeldía*, a Angel Luis Lara cumprimentado pela fundação de um *Aguascalientes* em Madri, e uma série de textos propondo e respondendo a um duelo verbal com o juiz-magistrado espanhol Fernando Baltazar Garzón. Em janeiro de 2003 foi publicado um número significativo de comunicados.

Um ano e sete meses de silêncio zapatista não devem surpreender, mas também não devem ser confundidos. O silêncio não significa omissão, complacência ou legitimação. Ele é uma das formas privilegiadas de expressão de muitos povos indígenas em América Latina. É também uma forma de lutar e propagar uma maneira diferenciada de entender o discurso, a fala, a palavra. Os zapatistas o dizem explicitamente: o silêncio é algo que deve ser cuidado e preservado... É uma forma de resistência. É também sinal de uma outra forma de entender e praticar a política. Afinal, é uma outra forma de vida.

Esta outra forma de vida organizada, de pólis zapatista, é explícita desde a sua organização inicial como grupo, nos primeiros intercâmbios entre o grupo clandestino urbano que encontra lideranças indígenas dispostas à luta armada. Do encontro da bagagem política e cultural dos dois grupos surge algo novo, com elementos de um e outro. Marcos o diz explicitamente: o mérito de sua organização foi ter admitido, no encontro com os indígenas chiapanecos, que não tinham respostas e que deviam aprender.³ Desde as primeiras aparições públicas, em janeiro de 1994, na ocasião da assinatura do Tratado de Livre Comércio por México, Estados Unidos e Canadá, dizem os zapatistas, que seu modo de governo é "mandar obedecendo" e que eles não têm qualquer aspiração pela tomada de poder. O que os zapatistas querem, na verdade, é uma outra forma de exercício do poder e não apenas uma mera redistribuição do mesmo poder. O que os zapatistas afirmam é um outro poder em lugar daquele que hoje mata, ignora, elimina, o diferente. Um poder que não mate o que não pode engolir.

Em outras palavras, os zapatistas buscam subverter as relações de poder hoje dominantes, as relações entre governantes e governados, fazendo daqueles governantes que mandam obedecendo. O que eles querem é algo muito mais radical que um sistema representativo ou uma democracia eleitoral. É uma forma de vida social onde as pessoas tomam as decisões, onde todos e todas são ouvidos, onde ninguém pode legitimamente ser excluído no que importa ser decidido e onde aquele que governa o faz considerando o que pensam todos os que estão envolvidos na sua ação de governo. O problema da democracia, diz Marcos, não está no que ele chama de "o poder", "o mau governo", mas no

³ Entrevista com Yvon Lebot. Cf. E. Gennari. Chiapas. As comunidades zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p. 21 ss.

que ele denomina cidadania. Isto significa que o problema da democracia é construir relações mais democráticas na sociedade civil, ter uma nova relação política no interior dessa sociedade.

Desde os seus primeiros momentos, está claro que o zapatismo não é um movimento particular. Ele não luta apenas para si, mas tem vocação universalista. Ele vai muito além dos indígenas chiapanecos, dos mexicanos ou ainda dos outros povos latino-americanos. Isto significa que ele é, a uma só vez, de ninguém e de todos ou, melhor dizendo, para todos. Assim, ele não "representa" os interesses de qualquer classe ou grupo social, nem sequer dos indígenas que o constituem. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque ele não representa nada nem aceita a própria idéia de representação como base de um sistema político. Em segundo lugar, porque ele não negocia com qualquer forma de exclusão, nem a do inimigo.

Por isso, quando se diz que um zapatista é também um negro em Brooklyn, um palestino na Cisjordiana, um judeu em Auschwitz ou uma mulher no Afeganistão o que se quer dizer não é que a luta zapatista se faz nesses nomes, com esses nomes. O que se quer mostrar são exemplos, formas, figuras, gritantes, de exclusão no mundo contemporâneo, vítimas de uma forma de exercer o poder. O zapatismo não quer mudar o nome, a cor, a forma da exclusão. Quer um mundo sem excluídos. O zapatismo não é a luta dos bons contra os maus. É a luta por um mundo onde categorias como "bom" ou "mal" não façam mais sentido para dividir os seres humanos.

"O zapatismo não é uma nova ideologia política ou uma reciclagem de velhas ideologias", diz Marcos. E agrega que ele não afirma receitas, linhas, estratégias, leis, regulamentos ou consignas universais. Que não sabe de dogmas, mas de um único anseio: construir um mundo melhor, ou seja, novo. Um mundo novo na política significa o reverso do mundo que hoje temos.

É por esta razão que o zapatismo comporta uma certa negação de si mesmo. Ele é de todos e para todos: "para todos, tudo, para nós, nada". Por isto, é possível que Marcos diga: "O zapatismo não é, não existe. Serve, apenas, como servem as pontes, para cruzar de um lado ao outro. Portanto, no zapatismo cabem todos, todos os que queiram cruzar de um lado a outro. Cada um tem seu um e seu outro lado". Ponte, algo com o sentido de ser atravessado, para

ninguém ficar sobre ela, para unir dois territórios, para servir aos que estão dispostos a sair de sua terra e passar para o outro lado, para estreitar as separações, para forçar as comunicações.

Esta vocação nihilista do zapatismo para deixar de existir não deve se confundir com o seu atual silêncio. De alguma forma, nada mudou ainda no sudeste mexicano (que não parece com o sudeste brasileiro, mas com nosso nordeste) em termos de exploração, de miséria, de exclusão. Para dizê-lo nas palavras das demandas zapatistas iniciais, aquelas incluídas na Primeira Declaração da Selva Lacandona, enquanto não tenhamos todos e todas trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz (reivindicações que sofreram mudanças e acréscimos nos anos subsequentes), o zapatismo continuará sua luta. A extinção do zapatismo supõe um mundo muito distinto e muito distante daquele que nós habitamos. Algo ainda muito longe do que temos. Até esse mundo deixar de existir há sentido para a luta zapatista, no México e em toda parte onde essas condições se reproduzem. Ou seja, em todo o mundo.

A estratégia zapatista pode ser questionada. Os zapatistas têm concentrado sua luta, nos últimos anos, no que chamam de "reivindicação do reconhecimento de nossos direitos e cultura". Este processo teve início com a abertura do diálogo e com a consulta à sociedade civil que constitui o processo decisório sobre o agir zapatista. O processo tem sido duro e trabalhoso. É verdade que em muitos sentidos a situação dos indígenas chiapanecos mudou substancialmente desde 1994. Particularmente, sua cultura tem sido ouvida e apreciada por muitos que anteriormente sequer sabiam de sua existência. É verdade que essa cultura vem sendo crescentemente associada à dignidade, à generosidade, ao compromisso. Também é inegável o êxito político em termos de renovação da forma tradicional de pensar a política pela esquerda latino-americana. Entretanto, não parece existir qualquer avanço efetivo em termos do reconhecimento efetivo dos direitos econômicos, sociais e políticos dos povos indígenas. Os interesses que o governo e o congresso mexicanos representam e defendem não parecem muito voltados a mudar o estado de coisas.

Talvez por essas razões os zapatistas venham sendo alvo de diversas críticas dentro da "esquerda". Ora são acusados de social-democratas, ora de

reformistas, ora de pós-modernos. Mas os zapatistas têm sido fiéis a um princípio que norteia sua prática política. Se é para valer o que eles afirmam, se o zapatismo é de fato uma outra forma de entender e praticar a política, não são eles, os iluminados, os que devem decidir os rumos de nada, inclusive do seu movimento. Eles devem ouvir a voz dos outros e, particularmente, a dos excluídos, os que nunca decidiram nada. Eles devem ouvir as outras vozes além da voz dominante, as vozes dos outros, os outros da voz. O que têm feito, sistematicamente, em todos esses anos. Por outro lado, eles não podem repetir uma forma de poder que se alimenta de eliminar o outro. Não se trata de elevar umas vozes para eliminar outras. Trata-se de constituir um mundo que aceite vozes dissonantes sem que elas queiram cooptar-se ou eliminar-se.

Certo é que não há caminhos pré-figurados, estratégias antecipadas para mudar o exercício do poder. Há um princípio que abre o jogo da política ao que ela ainda não é. A começar por casa. O que fazer quando o outro impede a mudança das regras do jogo? O que fazer quando ele não quer deixar de ser esse outro que mata, exclui, ignora e, além disso, conta com uma vantagem indissimulável no seu poderio militar? Como fazer para que continuem crescendo - ou pelo menos não percam sua força - outras formas de reunião, de organização, de cultura? Acaso é possível um mundo novo nas velhas estruturas da política vigentes? Será que esse mundo novo pode vir pelo caminho da reivindicação dos direitos? Acaso é possível no interior desta paródia de democracia encontrar os espaços que permitam a conformação de um mundo novo? Em outras palavras, como o novo pode surgir do velho?

Como o novo pode surgir do velho? A discussão torna-se particularmente importante neste momento político brasileiro pós-eleições, depois da vitória do PT e do Lula. A pergunta insiste: como o novo pode surgir do velho? A pergunta não é simples de enfrentar. São momentos em que não é fácil não se deixar dominar por uma certa emoção que impera no cenário político. Há motivos e símbolos suficientes. Dentre eles, muito tempo. Treze anos e quatro eleições de espera. Na verdade, são quinhentos anos aguardando alguma alternância real no governo deste país. É muito tempo para pouco espaço.

É hora de alegria, de comemorações e esperança. Dias de orgulho para os que sempre sofreram neste país. Até para os que não puderam votar, os

mendigos, analfabetos, escravos que querem sentir que, com Lula, um país diferente é possível. Alguns dizem que são tempos de poesia e de música.

Para alguns também é hora de realismo e de conformismo. Não há que se esperar por milagres, alerta desde o próprio PT, a mídia mais decorosa, a intelectualidade "progressista". Fala-se em trégua, em paciência, em compreensão. São tempos de conformismo revestido de "maturidade". Afinal, custou tanto tempo e tanto trabalho chegar lá que não se vai jogar fora a criança com a água do banho. Como se tantos anos de FHC os tivessem acostumado a esperar. "Há que saber aguardar" é o lema da vez.

Não que sejamos impacientes. Mas o momento exige uma discussão mais aberta, sincera e detalhada dos princípios da política. Neste sentido, pensamos ser oportuno fazermos-nos algumas perguntas, em que o reflexivo precisa ser realçado. Não se trata de interrogações externas, alheias, mas daquela forma de perguntar que nos coloca literalmente em questão, que tira o que há de certo em nós. O sentido de fazermos-nos uma pergunta é justamente desnaturalizar o que colocamos como natural, óbvio ou normal para ampliar nosso horizonte de visibilidade. E, a meu ver, há pelo menos duas perguntas que este momento político exige que nos façamos.

A primeira pergunta é "o que significa para nós fazer política?"; "como entendemos que se faz a política?"; ou, de modo ainda mais simples, "o que é a política para nós?". Trata-se, então, de colocarmos em questão um modo dominante de entendermos a política, os "de esquerda", os "progressistas", os do PT, os que pensamos que, com Lula, há uma oportunidade histórica de mudar o estado de coisas neste país.

Uma certa idéia da política e de seu exercício está implícita quando afirmamos ser este um momento histórico, nós que acreditamos que alguma coisa importante mudou neste país depois do 27 de outubro, naquela frase de "agora é Lula". Para dizê-lo de forma simples, pressupomos que o poder se concentra exclusivamente no governo do Estado, que o objetivo principal da ação política é a tomada desse poder pela via da democracia representativa e que a forma de organização política principal - em alguns casos, única - é o partido. Entendemos a luta política como a participação no jogo eleitoral e a ação política como o governo para os vitoriosos e a oposição para os perdedores na contenda.

Por isso afirmamos que são tempos de vitória, porque o poder de ação do PT - que vem crescendo progressivamente desde sua fundação - deu finalmente o pulo sonhado: de oposição a governo. Por isso colocamos nossa esperança em Lula, porque pensamos que o poder reside lá, em Brasília, no Palácio de Alvorada, bem no centro da cabine de comando do avião. Simbolicamente, depois de alguns tentativas iniciais, Lula parece ter abandonado a idéia de morar na Granja do Torto.

Contudo, é grosseiramente evidente, pelo menos desde os anos sessenta - com os movimentos estudantis, as revoltas nas prisões, os homossexuais, os negros - e, mais recentemente, aqui no Brasil, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que a política e a forma de exercê-la passam também, pelo menos, por outros caminhos. Os zapatistas que o digam.

Digamos que estas formas diferenciadas de fazer política têm, pelo menos, as seguintes características ou condições⁴ : a) criam um tempo e um espaço; b) abrem a possibilidade de não sermos escravos (do capital e do mercado); c) afirmam o valor da utopia (o impossível é possível); d) são antitotalitárias (não têm vocação de totalidade). A seguir comentaremos estas condições, ilustrando em que medida os zapatistas são um exemplo deste agir político.

Que um ato político cria um tempo e um espaço significa que ele não se submete à lógica temporal e espacial determinada pela ordem dominante, em nosso caso, o mercado e a ordem jurídica imposta pela democracia representativa imperante atualmente. Os zapatistas afirmam outros tempos e espaços, fazem política por fora dos modos "oficiais" da política, os partidos. Afirmam um novo espaço político, espaço de igualdade substantiva, onde não existe peso hierarquizado nas vozes da política. Eles o dizem insistentemente desde o início da Revolta: seu objetivo não é a tomada do poder, mas a luta para que o poder se exerça diferentemente de como vem sendo exercido, por uma horizontalidade no exercício do poder. De forma recorrente os zapatistas têm rejeitado a idéia de

⁴ Esta caracterização está fortemente inspirada em categorias que A. Badiou oferece, por exemplo, numa palestra na Confederação dos Trabalhadores de Argentina (CTA) em Buenos Aires, em abril de 2000. Do mesmo autor podem consultar-se, dentre outros, *É possível pensar a política?* e *Conferências de Alain Badiou no Brasil* (Belo Horizonte: Autêntica, 1999), em especial "Ética e política" e "O que significa pensar filosoficamente a política".

se constituir num partido político e ser uma opção eleitoral de esquerda. Por outro lado, a luta zapatista não obedece a cronogramas, estejam eles determinados pela lei eleitoral ou pelos organismos financeiros. Não se submete ao tempo da luta eleitoral ou ao tempo das finanças. É uma luta paciente, porém inconformada; sem prazos, porém urgente.

Que um ato político abra a possibilidade de não sermos escravos significa que ele é um espaço de afirmação da liberdade, no sentido de que ele decide efetivamente algo relevante sobre nosso estar no mundo. Não há política se tudo já está decidido, se só é possível um rumo e trata-se apenas de mudar as formas. E hoje, a pretensão hegemônica é de que o mercado decide tudo, até os nossos humores, desejos, esperanças. A ação política nestes dias supõe quebrar esta lógica de submissão ao mercado, livrar-se de sua hegemonia. Os zapatistas não se submetem a nenhum mercado, não cotizam em qualquer bolsa de valores. São intransigentes para afirmar em cada ato a liberdade de fazer política. Trata-se de um problema de conceito. Se a negociação é a lógica do mercado, a lógica da política é a da liberdade utópica. Se não temos pelo menos a possibilidade de optar por um mundo diferente do que temos, não estamos fazendo política.

De modo que só há política quando pode haver mundo novo. Não existe política se não existe a possibilidade de um mundo político novo - e de um novo mundo político em que novo é que todos e todas estejamos no mundo da política. Não há política se não há luta, de verdade, pela justiça, se apenas se trata de administrar a crise, aprofundar o assistencialismo, ou gerenciar a miséria. Porque a política não é questão de gerentes, mas de ouvintes. Assim, os zapatistas sugerem que um mundo novo chama uma nova política, a política da justiça: mandar obedecendo, ouvir os outros, os que até agora nunca foram ouvidos, desejar o que hoje não pode ser desejado, pensar o que hoje não pode ser pensado, afirmar o que hoje não pode ser afirmado. Desobedecer ao mercado e suas leis.

Por último, uma nova política é uma política anti-totalitária, que não define o mundo por vir, que não faz a revolução para a instauração de qualquer sistema político previamente definido. Neste sentido, os zapatistas têm reiteradamente afirmado sua "incapacidade" em determinar os sentidos do mundo por vir: "Não sabemos o que segue, mas sabemos que para o que segue temos que ouvir outras vozes e que essas vozes se ouçam entre si" (*Crônicas intergalácticas*,

1996, p. 70). Não sabemos o que segue, mas sabemos por onde não queremos seguir. E sabemos que o que segue pode ser radicalmente diferente do que é. Em todo tempo. Em qualquer espaço.

De modo que a primeira questão que a chegada de Lula e do PT ao governo nos coloca é se de fato seremos capazes de fazer política. Em outras palavras, se haverá política ou se teremos um simples jogo de fazer o quê, detalhes mais ou menos estéticos, algo que seria feito por qualquer um interessado em manter o estado das coisas. Seremos capazes de construir um novo mundo político e não apenas um mundo onde ocupemos um novo lugar na mesma política? Seremos capazes de fazer política renunciando ao que impede fazer uma nova política sem renunciar ao irrenunciável da política? Seremos capazes de continuar sendo utópicos? Não quebraremos nosso compromisso com um mundo novo?

Neste sentido, a chegada do PT ao governo não é positiva ou negativa em si mesma. Repito: o que importa é se de fato teremos política ou apenas administração da crise. Se seguirmos os interesses do partido, da governabilidade, da maturidade dos tecnocratas, podemos ocasionar um retrocesso nesse movimento que diversos grupos vêm desempenhando desde há tantos anos para abrir espaço a outra política. A chegada do PT ao poder pode criar a falsa ilusão de que é através da velha política que se pode fazer política, quando na verdade essa política é a negação de uma política que mereça esse nome.

A segunda pergunta, mais ontológica, difícil e definitivamente irrespondível, é quem somos nós, "os progressistas", os que hoje cantamos vitória e dizemos que, depois de tanto tempo, é a nossa vez. Por favor, não peço nomes ou listagens. Não é uma pergunta para dividir o mundo entre os que estão dentro e os que estão fora. Vou me explicar melhor.

De pronto, parece que todos estão felizes com a vitória do Lula. Até O Globo, Veja e Istoé o fizeram super estrela, o herói da novela das oito. Mas não é só uma impressão publicitária. O que chama a atenção é a análise dos "amigos", desde dentro do partido. Lula chegou ao governo, diz Cristovam Buarque, um dos "intelectuais" do PT, porque a direita está envergonhada de seus êxitos (ou perdeu a capacidade de iludir os eleitores), a esquerda corrigiu seus erros (ou soube corrigir suas próprias ilusões), e porque temos "um líder carismático

capaz de inspirar credibilidade e competência" (C. Buarque, O Globo, 18/11/2002, p. 3).

Simplesmente, não é verdade. O mesmo líder "carismático" foi impunemente demolido nas três eleições anteriores. "Credibilidade" e "competência" são eufemismos para não dizer que o que o líder carismático conseguiu reverter, na direita, a desconfiança em confiança... em que tudo continuará do mesmo jeito. Ou, melhor ainda, porque desta vez foi de uma forma mais legitimada, com um trabalhador no comando do avião, com alguém com maior capacidade para conter possíveis movimentos de resistência. De modo que é falsa a análise que algumas vozes significativas do próprio PT fazem de sua vitória.

Dentre outras razões, Lula ganhou desta vez porque soube costurar uma aliança com os setores mais conservadores e reacionários deste país que não mudaram uma vírgula de seu discurso. É verdade que não ganhou só por isso e que sem o massivo apoio popular Lula não teria ganho. Mas é menos verdade que a esquerda corrigiu seus erros. Seu "acerto" (se assim podemos chamar a vitória eleitoral) foi mudar de discurso, de gerenciamento publicitário. Lula disse tudo o que banqueiros, empresários e industriais queriam ouvir, a cada vez. Aprendeu a sorrir sempre, a ser o "lulinha paz e amor" que D. Mendonça tanto insistiu que deveria ser para ganhar. O mesmo D. Mendonça que há apenas quatro anos atrás, em 1998, desenhou a campanha eleitoral que permitiu a Roriz derrotar Cristovam e impedir sua reeleição como governador do Distrito Federal. Talvez por esse motivo isso seja tão pouco trazido a tona por Cristovam. Em suma, Lula ganhou porque fez o que a política formal permite fazer, negociar e não fazer política de verdade.

Assim, a democracia brasileira não é mais madura nem melhor porque agora é a vez de Lula. Tudo depende do olhar. Sua vitória pode ser vista tanto como um movimento à esquerda da democracia quanto como um movimento à direita da esquerda "democrática". Ou as duas coisas ao mesmo tempo. Porque a mesma democracia elegeu Roriz e sua máfia na sede do governo de Lula, os mesmos coronéis na imensa maioria dos Estados do Nordeste e deselegou o PT um pouco menos direitizado, no que parecia sua terra imbatível do sul. Vale lembrar que esta mesma democracia elegeu, no estado que mais votos deu a

Lula no segundo turno, a Garotinha no primeiro, e que na cidade que mais votos deu a Lula, só habitam seguidores de ACM, com um prefeito que o admira fervorosamente. Decididamente, a democracia brasileira não dá mostras de maior maturidade porque esta foi a vez do Lula.

Mas o fato é que Lula ganhou e, pelo menos alguns símbolos mudam. Talvez não seja um mero detalhe que um trabalhador, nordestino, pouco escolarizado, seja, por fim, Presidente deste imenso país. Vamos deixar de lado, por um momento nossa primeira pergunta sobre o modo de entender o exercício da política. De qualquer forma, surgem novas e cruéis dúvidas: quem ganhou de fato com Lula? Qual subjetividade toma o poder? É que Lula virou amigo de tanta gente que já não sabemos quem está de qual lado. Até Fernando Henrique parece mais sorridente que nunca abrindo as portas do palácio ao trabalhador metalúrgico. Espanta tanta camaradagem, familiaridade e simpatia.

De modo que Lula presidente é espaço propício para duas interrogações. Uma, a interrogação pela política que fazemos e queremos. Outra, a nossa interrogação, a interrogação de quem somos nós. Não me parece interessante interrogar o futuro em termos de uma possível fidelidade ou traição política de Lula a suas origens. Por um lado, ninguém é tão poderoso. Por outro lado, estaríamos pressupondo aquela concepção reduzida e esquemática da política que descrevemos umas linhas acima e isso talvez sequer mereça o nome de política. Finalmente, Lula só pode se trair a si mesmo e isso é algo que não me interessa julgar. O que me preocupa é se de fato seremos capazes, nós, em primeira pessoa do plural, com Lula presidente, de transformar este imenso país, perdão Caetano, num lugar digno de viver para todos os que nele habitam.

Por um lado, é inquietante pensar que nisto que alguns chamam de política, a do partido e das eleições, pouco de realmente político é possível. Por outro lado, nos inquieta essa primeira pessoa do plural que se ampliou de tal forma que já não a podemos entender. Tenho medo de esse nós que, de golpe, abriu-se ao sorriso dos que deveriam estar tristes, de dolo, fazendo a guerra e, irritantemente, não param de sorrir. Por que não mostram um pouco de tristeza ou de raiva para ao menos emitir um sinal de que estão do outro lado?

Talvez seja neste sentido que a vitória do Lula nos provoca e nos inquieta tanto. Primeiro, a não renunciar a uma política que mereça esse nome, a cuidar

do tempo e espaço para outra política, a não entregar o que não pode ser entregue de nossos sonhos, a lutar para não ser escravos. Segundo, a saber quem e quê estamos sonhando. Esta segunda interrogação nos enfrenta no que não sabemos sobre nós, abertos a tudo o que podemos chegar a ser. E mesmo que se pareça muito ao ditado popular, parece evidente que, depois da euforia da vitória eleitoral e no meio das obscuras composições ministeriais, fica-nos a estranha sensação de estarmos sendo algo tão amorfo e indefinido, que quase não somos nada.

Em tudo caso, o interessante da política é que tudo é possível, não pelo que pensem os velhos e os novos Maquiavel, mas porque o mundo sempre poderá ser diferente do que ele é e mesmo que hoje pareça apenas um sonho ilusório, ingênuo ou irreal, o Brasil pode ser um país mais justo, livre e solidário. Depende muito mais de nós que de quem quer que seja o nosso presidente.

Talvez este poema zapatista ajude a pensar:

Narração dos Fatos⁵

Hoje, sexto dia do mês
de agosto do ano de
mil novecentos e sessenta e nove,
estando a história preparada,
o café amargo,
o tabaco prestes a acabar
a tarde por findar
e tudo pronto para conspirar
contra as sombras e as trevas
que escurecem o mundo e seu sol,
os abaixo-assinados compareceram
diante de mim, a pátria,
para declarar quanto segue
Primeiro. Que os abaixo-assinados
renunciam a seu lar, trabalho,
família, estudos e a todas as
comodidades que, sobre a miséria
das maiorias, têm-se acumulado

⁵ Publicado pelo Jornal "La Jornada" em 30 de outubro de 2002, este poema teria sido enviado em julho de 2002, junto a uma pequena nota introdutória, pelo Sub-comandante Marcos ao Arquiteto Fernando Yáñez Muñoz da Casa Museu do Doutor Margil, na cidade de Monterrey, Nuevo León, México. Fonte e tradução: Emílio Gennari, e-mail: emge@terra.com.br

nas mãos da minoria.

Segundo. Que os abaixo-assinados
renunciam a um futuro,
vendido a prestações para
o aproveitamento individual.

Terceiro. Que os abaixo-assinados
renunciam também à couraça
de indiferença diante do sofrer
alheio e à presunção de um
lugar entre os poderosos.

Quarto. Que os abaixo-assinados
estão dispostos a todos os sacrifícios
necessários para lutarem calados
e sem descanso para fazer com que eu,
a pátria, seja livre e verdadeira.

Quinto. Que os abaixo-assinados
estão dispostos a sofrer perseguição,
calúnias e torturas, e inclusive
a morrer se for preciso para conseguir
o que foi assinalado no ponto quarto.

Sexto. Que eu, a pátria, saberei
guardar o seu lugar na história
e velarei por sua memória
como eles velaram pela minha vida.

Sétimo. Que os abaixo-assinados
deixam bastante espaço debaixo de seus
nomes para que todo homem e
mulher honestos assinem este
documento e, chegado o momento,
o povo inteiro o rubrique.

Não tendo nada mais a dizer
e sim muito a fazer, os
abaixo-assinados deixam seu sangue
como exemplo e
seus passos como guia.

VIVER PELA PÁTRIA OU
MORRER PELA LIBERDADE

Manuel, Salvador, Alfredo, Manolo,
Maria Luisa, Soledad, Murcia, Aurora,
Gabriel, Ruth, Mario, Ismael,
Héctor, Tomás Alfonso, Ricardo...

E seguem as assinaturas dos
que terão de morrer e
dos que terão de viver

lutando neste
país de dolorosa história
chamado México, abraçado
pelo mar e, logo,
com o vento a seu favor".
O CAPITÃO.

Este poema, publicado recentemente no México, teria sido escrito por Marcos em homenagem aos precursores do zapatismo. Era o fim dos anos sessenta. É verdade que algumas palavras - como pátria, liberdade e a própria verdade - envelheceram, talvez, exageradamente rápido. Mais ainda penso que algumas idéias contidas neste poema podem fazer muito sentido entre nós. Primeiro, a idéia de que fazer política exige uma renúncia à comodidade, ao individualismo e à indiferença. Segundo, que fazer política exige também a não-renúncia ao que, em nome da liberdade, ou da justiça, chamemos de mundo melhor ou, melhor, de mundo novo. Terceiro, reparemos que há bastante espaço para que todo homem e mulher que acredite que vale a pena lutar por outro mundo agregue sua assinatura a esse manifesto.

De modo que ainda estamos em tempo de lutar por um mundo novo. Claro que estamos. Sempre o estaremos. Para alguns, com Lula presidente pode parecer mais fácil. Não estou tão certo. Mesmo que pareça excessivo, a política de verdade talvez não passe por esse espaço e esse tempo. Cabe a nós, perguntarmos-nos por onde passa nossa política, por onde queremos afirmá-la. A nós que, como o sabemos, também somos uma interrogação. De qualquer forma, não está nada mal que o sejamos se o que queremos é fazer uma política que mereça esse nome. E também não está mal que a política seja uma interrogação, se queremos nós, seus atores, ser algo diferente, de verdade, do que somos.